



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2023/59877

Nº 36/2023-TCU

TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13100722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador. Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia — CAB, neste ato representado pelo seu Presidente, NILSON SOARES CASTELO BRANCO, adiante denominado simplesmente de CEDENTE e, do outro lado, o DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, com autonomia funcional e administrativa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.778.585/0001-14, com sede na Avenida Ulisses Guimarães 3.386, Edf. MultiCab Empresarial CEP 41.219-400—, Salvador — BA, neste ato representado por sua Defensora Geral, FIRMIANE VENANCIO DO CARMO SOUZA, neste instrumento denominado como parte CESSIONÁRIA, tendo em vista o constante do PA nº TJ-ADM 2023/5987 com base na Lei Estadual nº 9.433/2015, regulamentada pelo do Decreto Judiciaro









TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2023/59877

nº 495, de 08 de agosto de 2014, com alteração dada pelo Decreto Judiciário nº 622/2022, resolvem celebrar este Termo de Cessão de Uso, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de espaço no Fórum Ruy Barbosa situado na Comarca de Salvador-BA.

Parágrafo primeiro: Os bens cedidos serão destinados ao uso dos Defensores Públicos na prestação de assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado sucessivamente.

Parágrafo primeiro: A resilição pela Cessionária deve ser manifestada, por escrito e com antecedência de 30 dias.

Parágrafo segundo: Resguarda-se o Cedente o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

Parágrafo terceiro: Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se a Cessionária a desocupar o imóvel e devolvê-lo, imediatamente, em bom estado de conservação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Obriga-se a Cessionária a usar o imóvel, objeto da presente cessão, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, parágrafo primeiro do presente instrumento, não podendo a qualquer pretexto, cedêlo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a Cessionária compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – assumir a partir da assinatura do termo, o pagamento, por rateio, dos custos proporcionais a utilização do espaço cedido, tais como: seguro, manutenção e ostalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de







TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2023/59877

água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e demais encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;

III – fazer cumprir por seus prepostos, servidores/empregados as instruções do
 Tribunal de Justiça;

IV - indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

 V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área cedida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA QUINTA – Compromete-se a Cessionária a realizar, às suas expensas, as adaptações necessárias à adequação do imóvel aos fins a que se destina, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

Parágrafo único — Compromete-se a Cessionária a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso existam necessidades de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas finalidades; devendo a Cessionária obter autorização prévia, por escrito, do Tribunal de Justiça, caso haja necessidade de realizar alteração estrutural.

CLÁUSULA SEXTA — Incorporar-se-ão ao patrimônio do Cedente, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a Cessionária realizar no imóvel, durante o período da cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção dos bens, seja a que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA – Ao Cedente fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a Cessionária a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias.

CLÁUSULA OITAVA – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuado, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.

CLÁUSULA NONA – Os partícipes elegem o foro da Comarca de Salvado Fra Estado da Bahia, para dirimir as controvérsias originárias do presente instrumento,









TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2023/59877

que não possam ser solucionadas por mútuo entendimento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em 14 de Novembro de 2023.

DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahía

FIRMIANE VENANCIO DO

Digitally signed by FIRMIANE VENANCIO DO CARMO SOUZA:61925268500

DN: c=BR, c=ICP-Brasil, ou=Presencial, ou=07003506000101, ou=Secretaria da Receta Traderal do Brasil - RPB, ou=EPB e-CEP A3, ou=lem branco), Date 2023 10 10 09:48:51-03'00'

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

FIRMIANE VENANCIO DO CARMO SOUZA, Defensor Público - Geral

Testemunhas:

CPF: 028-871. 73502

MARCIA ROBERTA
BARBOSA
BARBOSA
CRUZ:9269349053
CRUZ:92693490553
CRUZ:92693490553
CRUZ:92693490553
Dedos. 2023.10.10.10.22.20.03000

CPF:

Nome:





